

A UNEB EM PERSPECTIVA

História, inovação e o movimento por Ação Afirmativa

THE UNEB IN PERSPECTIVE

History, innovation, and the movement for Affirmative Action

JURANDIR DE ALMEIDA ARAÚJO¹

RESUMO

Este estudo baseia-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar a história da Uneb, destacando o movimento por Ação Afirmativa e suas contribuições para a construção de uma universidade mais justa e inclusiva. A metodologia adotada busca captar as nuances históricas, políticas e sociais que marcaram a trajetória da instituição, com ênfase nas cotas raciais e nas estratégias voltadas à inclusão educacional e social. Os resultados evidenciam que a Uneb não apenas acompanhou as transformações sociais e educacionais de seu tempo, mas também protagonizou o movimento por uma educação mais equitativa. Sua trajetória de inovação e compromisso com a Política de Ação Afirmativa serve de inspiração para outras instituições, demonstrando que, mesmo diante de resistências, é possível construir uma educação superior mais inclusiva, diversa e representativa.

Palavras-chave: Educação Superior. Acesso. Interiorização. Inclusão. Ação Afirmativa.

ABSTRACT

This study is based on qualitative research aimed at analyzing the history of Uneb, with a focus on the Affirmative Action movement and its contributions to building a fairer and more inclusive university. The adopted methodology seeks to capture the historical, political, and social nuances that have shaped the institution's trajectory, with an emphasis on racial quotas and strategies aimed at social inclusion. The results show that Uneb not only kept pace with the social transformations of its time but also played a leading role in the movement for a more equitable education. Its path of innovation and commitment to the Affirmative Action Policy serves as an inspiration for other institutions, demonstrating that, even in the face of resistance, it is possible to build higher education that is more inclusive, diverse, and representative.

¹ Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica (NUPIC) da Fundação Visconde de Cairu e Professor do Curso de Pedagogia, e-mail do autor: jurandir@cairu.br

Keywords: Higher Education. Access. Interiorization. Inclusion. Affirmative Action.

INTRODUÇÃO

Do mesmo modo que as atuais políticas sociais, entre elas as de educação, a Educação Superior e a universidade não são autônomas em relação ao polo econômico e político dominante em qualquer etapa do desenvolvimento histórico de um país.

Valdemar Sguissardi (2014, p. 22).

Em consonância com Valdemar Sguissardi na epígrafe acima, entende-se que as políticas sociais, assim como as estruturas econômicas e políticas dominantes, não atuam de forma isolada. Pelo contrário, elas são profundamente moldadas pelo contexto sócio-histórico em que estão inseridas.

Assim, ao analisarmos o contexto histórico, político e econômico da fundação da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), percebemos que a intervenção do governo estadual na oferta de Educação Superior começou nos anos 1970. Nesse período, as universidades estaduais se espalharam pelo país, descentralizando a Educação Superior das capitais para o interior, tornando-a mais integrada à realidade brasileira (Nascimento, 2009). Na Bahia, conforme aponta Edivaldo Boaventura (2009), então secretário de Educação do estado e responsável pela fundação da Uneb, a administração pública estadual passou a criar universidades e campi em regiões estratégicas, visando atender centros regionais.

Neste contexto, as universidades estaduais baianas (Ueba), particularmente a Uneb, foram pioneiras no processo de interiorização da Educação Superior no estado. Inicialmente, voltadas para a formação de professores para a Educação Básica, oferecendo cursos de licenciatura em Letras, Matemática, Ciências e Estudos Sociais, e, posteriormente, ampliada a oferta para outras áreas de formação profissional.

A criação de universidades e campi universitários nos principais centros regionais da Bahia atendeu a questões socioeconômicas relacionadas aos projetos desenvolvimentistas do país na segunda metade do século XX, destacando a demanda por profissionais qualificados em nível superior. Isso era

especialmente relevante diante da grande procura e da escassa oferta de vagas, principalmente para a formação de docentes para a Educação Básica (Araújo, 2023). Até aquele momento, não havia uma ação abrangente da administração pública estadual na oferta de vagas na Educação Superior, com apenas algumas instituições operando de forma isolada. O governo federal era o principal responsável pela oferta, mas isso se restringia à capital e a uma pequena minoria, majoritariamente composta por pessoas brancas.

O processo de interiorização da Educação Superior promovido pela administração pública estadual impulsionou o crescimento da oferta de vagas em diversas regiões da Bahia, preenchendo parcialmente a lacuna deixada pela escassez de instituições universitárias federais nas cidades do interior. No caso da Uneb, ela já nasceu conectada às necessidades e anseios da população baiana por um maior acesso à Educação Superior, tanto na capital quanto no interior do estado, em um período de intensas transformações nos âmbitos político, econômico, social e educacional do país, marcadas pela busca da democratização e universalização da Educação Básica e Superior.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar a história da Uneb, destacando o movimento por Ação Afirmativa e suas contribuições para a construção de uma universidade mais justa e inclusiva. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, voltada para a compreensão das nuances históricas, políticas e sociais que marcaram a trajetória da instituição, com destaque para as cotas raciais e as estratégias de promoção da inclusão social e da diversidade.

Em articulação com a pesquisa bibliográfica e documental, procedeu-se à análise de dados empíricos extraídos de um relatório vinculado à tese defendida pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 2023. O estudo investigou os desdobramentos políticos e acadêmicos da política de ação afirmativa em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da Uneb.

1. A UNEB EM SEU CONTEXTO HISTÓRICO E AFIRMATIVO

A fundação da Uneb, em 1983, ocorreu em um contexto de crise econômica, transição do regime ditatorial para o democrático e intensas

reivindicações dos movimentos sociais (Araújo, 2023). Desde a década anterior, esses movimentos ganharam visibilidade no cenário político nacional, abordando as desigualdades sociais e étnico-raciais, com destaque para a atuação do Movimento Social Negro. Nesse período, a massificação do acesso ao Ensino Fundamental, impulsionada pela obrigatoriedade de oito anos de ensino a partir de 1971, resultou em uma queda abrupta na qualidade do ensino, precarização do trabalho docente e uma crescente demanda por profissionais qualificados.

Diante desse cenário, a Uneb foi fundada com a missão de interiorizar a Educação Superior e formar professores para atuar nas escolas municipais e estaduais, buscando democratizar, fortalecer e melhorar a qualidade da educação pública na Bahia. Pode-se afirmar que a universidade potencializou o processo de democratização e interiorização da Educação Superior na Bahia, ampliando as oportunidades de acesso para estudantes da capital e interior.

A fundação da Uneb, segundo Boaventura (2009, p. 70), atendeu à política de educação do quadriênio 1983-1987, que orientava que “[...] cada capital regional da Bahia deveria ter a sua Faculdade, formando professores para o sistema educacional e para os demais setores da sociedade.” No entanto, como ele observa, a autorização para seu funcionamento não foi fácil, exigindo muito esforço, energia e persistência.

Organizada sob o modelo multicampi, multirregional e interdisciplinar, a Uneb desempenhou papel importante no processo de interiorização da Educação Superior na Bahia. Ao longo de sua trajetória, possibilitou a formação profissional de estudantes do interior que, devido a dificuldades de deslocamento ou transferência para os grandes centros urbanos – onde se concentra a maior parte das ofertas de cursos universitários (Mattos, 2010) – ficariam excluídos desse nível de ensino.

Segundo Nascimento (2009), ao vincular as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais em prol da emancipação e inclusão de jovens menos favorecidos socioeconomicamente à Educação Superior, a Uneb representa a consolidação de interesses que ganharam força no contexto social, mas que nem sempre foram atendidos pelo governo federal. Assim, a universidade se configura como uma materialização do fortalecimento da sociedade civil.

O seu caráter *multicampi*, segundo Nascimento (2009, p. 127):

[...] Ihe confere uma singularidade no conjunto das universidades brasileiras, sobretudo em relação àquelas que nasceram e se mantêm no âmbito do poder central, comumente centralizadas num único espaço urbano, de modo especial no que diz respeito à agilidade e ao monitoramento dos seus respectivos processos, por outro, a torna visivelmente mais assentada nas questões que dizem respeito à comunidade que Ihe confere sentido.

Nessa perspectiva, a Uneb incorporou em seus documentos institucionais os saberes e a diversidade cultural de seu contexto de atuação, construindo um projeto comprometido com o desenvolvimento pleno e integral da população baiana (Santos, 2009). Como observa Oliveira (2020), a universidade busca acessar e integrar os conhecimentos produzidos por grupos sociais e étnico-raciais historicamente invisibilizados, muitas vezes não reconhecidos como legítimos produtores de saber. Esse movimento gera um paradoxo: ao mesmo tempo em que a instituição se ancora na legitimação dos conhecimentos ocidentais hegemônicos, tidos como universais, ela se vê desafiada a confrontar e dialogar com outras perspectivas de mundo, oriundas de grupos periféricos e marginalizados.

Todavia, embora a Uneb, em seus documentos oficiais, demonstrasse sensibilidade à realidade social, econômica e cultural da população baiana, isso não implicou, necessariamente, a inclusão efetiva dos grupos sociais e étnico-raciais historicamente marginalizados e excluídos do acesso à Educação Superior. O discurso institucional, ainda que progressista em diversos aspectos, não foi suficiente para romper, de imediato, as barreiras estruturais que sistematicamente excluíam esses grupos das universidades públicas. A sub-representação desses grupos evidenciava a urgência de medidas concretas e reparadoras, capazes de promover uma democratização efetiva da Educação Superior – algo que começou a se materializar no início do século XXI com a implementação de política de ação afirmativa, especialmente as cotas raciais.

Em relação às políticas de expansão da Educação Superior pública promovidas pelo governo da Bahia, segundo Boaventura (2009, p. 58), “[...] levou-se em consideração as circunstâncias que caracterizam o homem interiorano e as heterogeneidades das regiões, para que nenhuma delas perdesse sua identidade cultural.” Essa expansão impulsionou, de acordo com o autor, a formação profissional em nível de graduação e tecnologia, bem como

em programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Além disso, passou a oferecer serviços à comunidade interna e externa, valorizando a cultura local e regional, sem desconsiderar as múltiplas manifestações culturais eruditas. Dessa forma, a Uneb contempla tanto o local quanto o global, integrando o saber popular ao saber erudito.

Segundo Araújo (2023), para que a institucionalização se concretizasse conforme previsto em seu projeto de fundação, as autoridades competentes, especialmente Edivaldo Boaventura, que atuava simultaneamente como Secretário de Educação da Bahia e Reitor da Uneb, contaram com a colaboração de universidades e professores brasileiros e estrangeiros, destacando a Universidade do Québec, no Canadá, como a principal parceira. Essa colaboração abriu espaço para a cooperação internacional desde os primeiros anos da universidade (Boaventura, 2009).

Por meio de intercâmbio docente, a Universidade do Québec implementou, entre 1987 e 1990, o Mestrado em Educação na Uneb, visando à formação de docentes em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Estruturado com base na cooperação entre Brasil e Canadá, a universidade canadense assumiu os encargos relativos aos professores enviados, enquanto a Uneb se responsabilizou pelos seus próprios docentes (Boaventura, 2009). Essa prática reflete um modelo comum na implementação e desenvolvimento das universidades brasileiras, uma vez que o processo de transformação da Educação Superior no Brasil balizou-se pelos padrões vigentes nos Estados Unidos, que se firmaram como modelo a ser imitado (Cunha, 2007). Com a Uneb, não foi diferente.

Assim como as universidades públicas federais e estaduais em todo o país, a fundação da Uneb em seu formato multicampi resultou da agregação de faculdades e centros de educação superior já existentes que funcionavam de forma isolada, como o Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba), a Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus, entre outras. A maioria dessas instituições pertencia à extinta Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia (Seseb).

A partir desses agrupamentos, a Uneb expandiu-se pelo interior do estado. O modelo multicampi não apenas atendeu ao objetivo do governo

estadual de interiorizar a Educação Superior, mas também favoreceu a economia de recursos (Boaventura, 2009), pois a instalação de um campus é menos custosa do que a criação de uma universidade, que exige uma estrutura administrativa complexa, enquanto no modelo multicampi essa estrutura é compartilhada entre os diversos campi (Barbosa, 2013).

A multicampia possibilitou a expansão da Uneb e a criação de novos campi e departamentos. Muitos deles, segundo Felix e Salvadori (2018), foram criados nas décadas de 1980 e 1990 e no início dos anos 2000 por meio de atos governamentais, frequentemente decorrentes de compromissos assumidos durante campanhas eleitorais entre candidatos a governador, deputados e prefeitos das cidades onde os campi seriam instalados. Essa prática é corriqueira na história da educação no Brasil, visto que desde a fundação das primeiras instituições de Educação Superior até os dias atuais, esse nível de ensino sempre foi um campo de interesse do Estado e dos grupos que exercem influência sobre ele (Sguissardi, 2014).

No caso da Uneb, os interesses por trás da implantação de um campus, conforme Felix e Salvadori (2018), contribuíram para que, em muitos dos campi instalados, houvesse pouca discussão, planejamento e participação da comunidade local e acadêmica. Como resultado, muitos enfrentaram condições precárias de funcionamento, tanto em termos de recursos físicos quanto humanos. Esses problemas de funcionamento, segundo os referidos autores, não são universais a todos os campi e departamentos, apresentando maior proeminência nos recém-criados ou nos localizados mais distantes da administração central, muitas vezes decorrentes da ingerência e negligência de gestores locais com pouco poder de negociação junto à Reitoria e Pró-Reitorias.

Conforme Amorim (2009), alguns campi mais recentemente criados e/ou localizados em regiões geograficamente distantes atuam de forma desordenada, atendendo quase exclusivamente às demandas de ensino. Ele observa ainda que, apesar do empenho da administração central, há uma desarticulação na gestão acadêmico-administrativa da instituição, resultando em campi que atuam isoladamente em seus territórios geográficos, sem perspectivas de integração, tanto entre si quanto no contexto mais amplo da universidade.

Atualmente, apesar dos desafios operacionais, a Uneb é a maior

instituição pública de Educação Superior da região Norte e Nordeste, em termos de tamanho e abrangência territorial, com 29 departamentos instalados em 24 campi. O Campus I, sede da administração central, está localizado em Salvador, enquanto os demais estão distribuídos por 23 dos 417 municípios baianos. A Uneb também atua em outros municípios do estado por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, sendo esta última resultado de convênios com prefeituras e instituições públicas e privadas.

Assim, geograficamente espalhada por todo o estado da Bahia e inserida em contextos de extrema desigualdade social, econômica, política, territorial e étnico-racial, a Uneb destaca-se por sua ênfase na inclusão social. Desde sua fundação, como ressaltam Mattos, Macedo e Mattos (2013), a universidade considera a inclusão social, compreendida no que se convencionou chamar de Ação afirmativa, como um de seus principais fundamentos, o que se reflete em seu objetivo institucional.

Promover a formação integral do cidadão e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, das ações afirmativas, da justiça social, pluralidade étnico-cultural e demais princípios do Direito Público. (Uneb, 2017, p. 21)

O compromisso da Uneb com a inclusão e a formação cidadã dos indivíduos em seus múltiplos aspectos – intelectual, social, econômico, político, cultural, territorial, tecnológico e étnico-racial – vem desde sua fundação, conforme apontam Boaventura (2009), Santos (2009) e Mattos (2010). Embora o conceito de raça estivesse ausente nos documentos que institucionalizaram e orientaram seu funcionamento no momento da criação, a Uneb, nas palavras de Boaventura (2009, p. 70), já nasceu “[...] com a cor da Bahia, comprometida com suas regiões, com a negritude, com os sertões, com a pobreza e com os problemas de educação, alimentação e saúde.” Esses atributos, quando concretizados na prática, promovem a Uneb como uma instituição de ensino genuinamente inclusiva, afirmativa e promotora da diversidade.

[...] uma universidade plural e heterogenia, que se alimenta de diferentes culturas oriundas de uma sociedade plural como é o caso da sociedade baiana, que mantém muitas tradições culturais, mas que está aberta à inovação, aposta no espírito

imaginativo de sua comunidade, incentiva o poder criativo de seus alunos e cultiva os valores exigidos pela sociedade democrática. (Amorim, 2009, p. 49)

Com suas características marcadamente interioranas, presente em quase todo o território baiano, a Uneb se configura, por meio de seus documentos normativos e políticas institucionais, como uma instituição singular, plural e inclusiva em seu pensar e fazer educacional, social e cultural. Comprometida com a realidade concreta do espaço/tempo do qual faz parte, surge a questão: será que, nas suas ações práticas do cotidiano, ela tem sido realmente democrática e inclusiva, como afirmam alguns pesquisadores, a exemplo de Boaventura (2009) e Mattos (2010)?

Se considerarmos que o desenvolvimento social, econômico, tecnológico, cultural e territorial de um Estado/Nação implica a oferta de uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino para todos os cidadãos, a Uneb, conforme Boaventura (2009), Santos (2009) e Mattos (2010), tem feito a diferença nos centros regionais e regiões circunvizinhas onde está inserida, tanto do ponto de vista educacional, social e cultural quanto político e econômico.

Além da formação de professores para atuar na Educação Básica e Superior, e de outros profissionais de diferentes áreas do conhecimento, a Uneb, na concepção de Boaventura (2009), se estabelece como uma instituição pública de ensino comprometida com a inclusão social e a formação cidadã de centenas de milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, em decorrência de fatores como cor da pele, seca e fome. Em outras palavras, está preocupada com o desenvolvimento humano em seus diversos aspectos.

2. COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA, ACESSÍVEL E INOVADORA

Fundada em um contexto de ausência de instituições de ensino superior federal no interior da Bahia, o formato multicampi da Uneb proporcionou aos estudantes do interior, ao término do Ensino Médio, a possibilidade de continuar seus estudos sem precisar mudar de cidade ou se distanciar muito de seu município de origem. Antes do processo de interiorização da educação superior, aqueles que desejavam cursar um curso universitário precisavam migrar para as capitais ou grandes centros urbanos, onde essas instituições estavam

concentradas. Para a maioria, esse deslocamento era, e ainda é, inviável, especialmente por questões socioeconômicas.

Atualmente, a Uneb atende aproximadamente 22.660 estudantes, oferecendo mais de 150 cursos e habilitações nos turnos matutino, vespertino e noturno, tanto na modalidade presencial quanto a distância. A universidade disponibiliza cursos de graduação e programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, contemplando diversas áreas do conhecimento, como Educação, Ciências Exatas e da Terra, Tecnologia, Ciências Sociais, Ciências Humanas e Ciências da Vida. Essas ofertas estão distribuídas entre os 29 departamentos que compõem a instituição.

Integrada à Universidade Aberta do Brasil (UAB)², a Uneb, por meio de convênios firmados com a União, o estado e municípios baianos, oferece, em 47 polos de Educação a Distância, uma variedade de cursos de graduação, especialização e extensão para camada da população com dificuldades de acesso à formação universitária presencial. Essa modalidade de ensino é de grande importância para a inclusão de muitas pessoas no sistema formal de educação, especialmente na Educação Superior. Também contribui para a sistematização, produção e difusão de conhecimentos em diferentes contextos e regiões geograficamente distantes. Modalidade de ensino que tem sua expansão, nas instituições de ensino superior públicas brasileiras, a partir do ano de 2006, com a criação da UAB.

Cabe ressaltar que, antes de se integrar à UAB, a Uneb já era pioneira na formação inicial e continuada de professores da Educação Básica em exercício, especialmente daqueles que não possuíam graduação na área que lecionava. O Programa Rede Uneb 2000, iniciado em 1998, por meio de convênios com municípios de várias regiões e com Organizações Não Governamentais (ONGs), ofereceu formação presencial em Pedagogia para professores da rede municipal e de escolas comunitárias. Em 2005, por meio de convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), com a interveniência do Instituto Anísio

² A UAB é um programa do governo federal em articulação com os entes federados (estados e municípios), visando a expansão e interiorização da educação superior no país, por meio da educação a distância. Integrado às universidades públicas, tem como principal prioridade a formação inicial de professores em exercício na educação básica da rede pública, municipal e estadual, de ensino.

Teixeira (IAT), foi criado o Programa de Formação de Professores do Estado (PROESP), que ofereceu cursos de graduação presencial para docentes da rede estadual – dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Nesse contexto inovador e pioneiro, Nascimento (2009) destaca a implantação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que surgiu em 1999 a partir da interação da universidade com os movimentos sociais do campo. Hoje, a Uneb é considerada um poderoso agente de formação para trabalhadores rurais em suas diversas categorias, afirma ele.

Entretanto, muitos dos problemas enfrentados decorrem de questões financeiras e orçamentárias. Embora as universidades estaduais tenham autonomia, elas estão atreladas ao Estado e ao Poder Executivo, o que limita sua autonomia orçamentária (Cerqueira, 2009). Subordinadas ao programa de governo e sujeitas a restrições orçamentárias, isso acaba engessando as áreas científica, acadêmica e financeira. Para Couto (2021), um dos grandes dilemas enfrentados por muitos campi da Uneb diz respeito ao aumento da oferta de cursos sem um correspondente aumento nos repasses financeiros.

É comum, segundo Nascimento (2009), que as regiões onde os campi estão situados não disponham de um quadro docente suficiente para atender às demandas dos cursos. Em decorrência disso, a instituição mantém um corpo docente itinerante, característica da universidade multicampi. Esse formato exige um enorme esforço da gestão central e local para oferecer atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, especialmente devido à carência de projetos de ponta e de professores doutores em muitos campi do interior (Amorim, 2009).

O ensino nos campi se caracteriza pela oferta de aulas teóricas, trabalhos práticos, estudos individuais e coletivos, além de estágios curriculares, conforme as exigências da formação profissional. A pesquisa realizada por professores e estudantes busca descobrir novos conhecimentos, ampliando o campo do saber humano nas diversas áreas de atuação da universidade e, dessa forma, beneficiando a sociedade. A extensão, por sua vez, é um processo de interação com a comunidade, desenvolvido na maioria dos campi, caracterizando-se por atividades que compartilham conhecimentos e discutem problemáticas sociais vivenciadas pela população (Amorim, 2009).

Ao longo de sua trajetória, a Uneb tem ampliado sua oferta de cursos de graduação e, mais recentemente, de pós-graduação (Araujo, 2023). Essa ampliação possibilita aos estudantes da capital e do interior que terminam o ensino médio a oportunidade de cursar a graduação, e aos graduados a chance de prosseguir em cursos de pós-graduação, contribuindo assim para o acesso à Educação Superior em seus diferentes níveis (graduação, especialização, mestrado e doutorado) e modalidades (presencial e a distância). Nesse contexto, a Uneb se posiciona de maneira democrática, popular e inclusiva, permitindo o acesso de milhares de estudantes à educação superior e promovendo o desenvolvimento sustentável nos territórios de identidade onde está inserida.

Os cursos de graduação, segundo Nascimento (2009), estão mais conectados às iniciativas da gestão universitária por meio do diálogo com setores hegemônicos regionais, contando, assim, com maior apoio em recursos humanos, materiais e financeiros. Já os programas de pós-graduação, conforme o autor, são instituídos a partir de iniciativas de núcleos de professores, de acordo com suas formações e interesses acadêmicos específicos, desenvolvendo pesquisas sobre temáticas e características regionais que nem sempre encontram receptividade nos centros acadêmicos de maior tradição. Cabe destacar que, a oferta de cursos de mestrado e doutorado é uma demanda que precisa ser ampliada para interiorizar e fortalecer o processo de democratização da pós-graduação *stricto sensu*.

Cabe observar que, mesmo operando em uma perspectiva democrática, popular e inclusiva, até o ano de 2002, quando implementou cotas para afrodescendentes em seus cursos de graduação e pós-graduação, a Uneb não se constituía em um espaço totalmente democrático e inclusivo, o que não significa afirmar que hoje o seja. Sua criação e expansão ocorreram para atender demandas educacionais e do mercado de trabalho, assim como interesses políticos. Os cursos oferecidos não eram os de maior prestígio social, mas sim aqueles voltados à qualificação profissional para novas demandas do mercado, especialmente na formação de professores para a Educação Básica. Isso não diminui, no entanto, seu caráter afirmativo e seu compromisso com questões sociais, étnico-raciais, culturais e identitárias, regionais, entre outras.

3. CONSTRUÇÃO DA AGENDA E INSTITUIÇÃO DAS COTAS RACIAIS

Até o final do século XX, os estudantes negros, ao concluir o Ensino Médio, enfrentavam enormes dificuldades para ingressar na Educação Superior. Poucos eram os que conseguia entrar, permanecer e concluir seus cursos. Nesse contexto, a Uneb, apesar de estar à frente do que era praticado social e academicamente, seguia o padrão das demais instituições públicas de Educação Superior: seu público era predominantemente formado por estudantes brancos e de classe média, enquanto os de menor poder aquisitivo, em sua maioria negros, permaneciam excluídos.

Todavia, a Uneb, antes da adoção das cotas raciais em 2002, já promovia atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a diversidade e de caráter afirmativo. Professores comprometidos com as questões étnico-raciais, muitos deles influenciados pelos debates promovidos pelo Movimento Social Negro, por meio de programas, núcleos, grupos de estudo e cursos específicos, trouxeram para dentro da instituição debates sobre as questões étnico-raciais e sociais na Bahia e no Brasil.

Quadro 1 - Ações institucionais afirmativas anteriores as cotas raciais

ANO/MECANISMO	DESCRIÇÃO
1994 - Núcleo de Educação Pluricultural – NEP	De caráter transdisciplinar e multicampi, desenvolvia atividades de ensino, pesquisa e extensão ancoradas na dimensão pluricultural de educação, estabelecendo abordagens e apontando outras perspectivas teórico-epistemológico contemplativa da diversidade.
1998 - Centro de Estudos das Populações Afro-Indo-Americanas – CEPAIA	Atualmente vinculado a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, elabora projetos no campo da política de ação afirmativa, de modo a promover a institucionalização de mecanismos que potencializam a superação de práticas discriminatórias para com a população negra e indígena, e a produção e difusão de conhecimentos sobre relações étnico-raciais na Bahia e no Brasil.
1998 - Programa Descolonização e Educação – PRODESE	Desenvolve estudos e atividade de ensino, pesquisa e extensão no campo da relações étnico-raciais, com ênfase no direito à alteridade civilizatória africano-brasileira, visando a superação de perspectivas ideológicas neocoloniais que tendem a estruturar as políticas de educação no país, assim como a elaboração e difusão de conhecimentos referidos ao patrimônio civilizatório africano no Brasil.
1998 - Curso de Magistério Indígena da Bahia	Formação de professores/as indígenas, em nível superior, nas áreas de Linguagens e Artes, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências da Natureza e Matemática, para atuarem nas escolas da educação básica, de modo a atender as demandas das comunidades indígenas da Bahia.
1999 - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA	Programa do governo federal que apresenta e apoia projetos de ensino voltados o desenvolvimento das áreas de reforma agrária, e atende jovens e adultos com origens em comunidades rurais, de assentamentos criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), quilombolas, trabalhadores/as

acampados/as e professores/as que exerçam atividades educacionais voltadas para esses grupos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Assim, considerando que a política de ação afirmativa é uma só, mas que diversos são os mecanismos que a coloca em prática, ao analisarmos a atuação dos movimentos sociais, particularmente do Movimento Social Negro, docentes e de algumas políticas institucionais de caráter afirmativo desenvolvidas na UNEB antes da criação das cotas raciais, percebemos que a universidade já realizava, muito antes das cotas raciais, ações de natureza afirmativa. O movimento, segundo o professor P1, não se deu de dentro para fora, mas de fora para dentro da universidade, permitindo que ela fosse gradativamente ocupada por movimentos sociais.

A Uneb, conforme relatou o professor P1, já desenvolvia uma formação acadêmica voltada para o estudo de determinadas populações, articulando-se com uma militância política em defesa dos direitos de grupos historicamente marginalizados. Ele afirma que o que ocorreu dentro da Uneb foi um desdobramento político desse processo, que potencializou a ocupação gradual de espaços por sujeitos historicamente excluídos da Educação Superior.

Mesmo que não tivesse vínculos diretos com alguma organização do Movimento Social Negro, havia um número pequeno, mas significativo, de professores e pesquisadores engajados no movimento antirracista dentro da Uneb. Como pontua a professora Ana Célia da Silva (2021, informação verbal), “[...] de certa forma, a maioria de nós [professores negros], com ou sem entidade, éramos militantes.” Segundo ela, esses professores acolhiam estudantes interessados em pesquisar as temáticas das relações étnico-raciais na Bahia e no Brasil. Orientavam trabalhos de conclusão de cursos, participavam das bancas e muitos desses estudantes se candidataram ao mestrado, com sucesso. Era um trabalho de apoio fundamental para a sustentabilidade desses estudantes e para a continuidade de suas pesquisas.

Os estudos realizados na Uneb por pesquisadores e estudantes em grupos, centros e núcleos de estudos e pesquisas, assim como nas disciplinas que abordavam a temática da diversidade, contribuíram para a criação do sistema de cotas, como destacou o coordenador C1. Professores e

pesquisadores desempenharam um papel fundamental na construção do debate e na promoção da política de ação afirmativa na Uneb, como também para que os mecanismos que coloca essa política em prática, em particular a reserva de vagas, sejam efetivados.

Ao instituir a reserva de vagas para afrodescendentes, indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas trans, pessoas com deficiência, a Uneb ampliou novos horizontes e possibilidades de acesso para esses grupos em espaços sociais antes excluídos. Essa ação reitera seu caráter afirmativo e seu compromisso social e acadêmico para com os grupos historicamente marginalizados e excluídos da Educação Superior. Como pontua Santos (2007), ao exercer seu papel social, a Uneb reconhece que o foco das medidas de ação afirmativa é a educação, um dos principais caminhos para que a população de baixo poder econômico alcance um padrão de vida melhor.

No entanto, mesmo sendo pioneira em diversas frentes de ações plurais e inclusivas, a adoção da reserva de vagas para afrodescendentes na Uneb não foi um projeto fácil de ser implementado. Segundo Santos (2007, 2009), esse processo foi desafiador e marcado por discursos inflamados e discriminatórios. Assim, levando em consideração os cuidados jurídicos, teóricos e éticos que a questão demandava, os agentes responsáveis pela implementação das cotas raciais tiveram que enfrentar e superar diversas situações adversas.

Ao analisarmos os estudos de Clemente (2005), Santos (2007, 2009) e Mattos (2010), bem como as narrativas dos envolvidos na elaboração, instituição e implementação das cotas raciais na Uneb, percebemos que se trata de um processo repleto de nuances. Esse processo teve início com a aprovação de um projeto na Câmara Municipal de Salvador, em maio de 2001, que recomendava ao governo do Estado a adoção de reservas de vagas na Universidade do Estado da Bahia para estudantes negros oriundos de escolas públicas.

Segundo o idealizador do projeto, Valdenor Cardoso, essa iniciativa surgiu da soma de diversas ações que ele desenvolvia na Câmara, em colaboração com ativistas do movimento social negro baiano, especialmente pela influência do professor Manuel de Almeida³. Ele também mantinha uma relação próxima

³ Sociólogo, professor e ativista negro baiano, Manuel de Almeida Cruz, fundador do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, foi o idealizador, em 1970, da Pedagogia Interétnica, proposta pioneira

com figuras importantes das organizações negras baianas, como Gilberto Leal, João Jorge, Valdério Silva (professor da Uneb) e Ivete Sacramento (reitora da Uneb). A partir do diálogo com esses ativistas, começou a pautar e desenvolver o debate sobre as questões relacionadas aos negros na Câmara de Vereadores de Salvador.

Eu era militante e como vereador eu tinha que ser, vamos dizer assim, o porta-voz das pessoas e dos movimentos. [...] Eu era um instrumento dos outros companheiros que não estavam na Câmara. Criar um clima favorável, um clima diria de luta antirracista, porque tinha outros movimentos, mas eram movimentos [...] fora da área institucional da Câmara. O movimento da Câmara foi esse: Eu fazia sessão especial; eu fazia sessão com líderes negros; eu era uma pessoa que abria meu gabinete para que as pessoas, o movimento negro pudesse, através de mim, fazer as ações necessárias para a época. [...] As pessoas tinham acesso e possibilidade de discutir comigo, traziam as coisas, muitas questões dos negros e questões dos mais vulneráveis (Valdenor Cardoso, 2022, informação verbal).

Os ativistas negros traziam as demandas do movimento social negro, e Valdenor Cardoso as colocava na pauta, promovendo sessões especiais, embora muitos vereadores nem comparecessem. Ele observou que, naquela época, muitas questões importantes eram discutidas, mas parte dos vereadores se ocupava de outros assuntos e não se preocupava em fazer oposição. Segundo ele, como não estavam habituados a esse tipo de debate e não conheciam as demandas das organizações negras, não criavam problemas ou conflitos. Não percebiam que o movimento que ocorria dentro da câmara era o mesmo que se desenrolava fora dela.

Os vereadores, segundo ele, não criavam resistência porque acreditavam que aquelas iniciativas não teriam consequência. “Assim, um maluco chegou aí, quer fazer umas coisas, deixa lá, vamos cuidar da nossa vida, vamos favorecer outras pautas, deixa esse doido.” (Valdenor Cardoso, 2022, informação verbal). Assim, ele pautou questões importantes para a população negra e grupos vulneráveis, conseguindo a aprovação do projeto que recomendava ao governo do Estado a adoção de cotas para negros na Uneb, que foi encaminhado à

no país no que se refere a valorização, contemplação e respeito a diversidade cultural brasileira, combate ao racismo e a discriminação racial no espaço escolar e fora dele.

Secretaria de Governo.

Diante da complexidade da questão, a Secretaria de Governo, conforme Clemente (2005), ciente do apoio da reitora da Uneb, Ivete Alves Sacramento, à política de ação afirmativa, enviou a recomendação da Câmara solicitando que a instituição emitisse um posicionamento sobre a matéria. Ivete relata: “Quando eu vi na minha mão a possibilidade de fazer isso, não hesitei em nenhum momento em exercer a minha autoridade. [...] É a vantagem de você estar no lugar certo, na hora certa, e ter a coragem de agir.” (Ivete Sacramento, 2021, informação verbal). Em outras palavras, ela utilizou sua posição para agilizar o processo de elaboração e instituição da reserva de vagas na Uneb.

Além da recomendação da Câmara Municipal de Salvador, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Uneb, durante o Congresso anual dos estudantes, realizado em dezembro de 2001 em Juazeiro, propôs a reserva de 50% das vagas dos cursos da universidade para estudantes que tivessem cursado o ensino médio em escolas públicas. O presidente do DCE na época, Osni Cardoso, destacou que o debate sobre a adoção de ação afirmativa na Uneb já havia sido iniciado dentro do movimento estudantil: “A justificativa era que, por ser a Uneb a Universidade do Estado da Bahia, com sua identidade, seu jeito e seu povo, ela precisava ter a cor da Bahia, e por isso fizemos questão de promover esse movimento.” (Osni Cardoso, 2021, informação verbal). Para isso, segundo ele, foi criada a Diretoria de Ação Afirmativa, que

[...] fez vários encontros de estudantes negros da Bahia. Nos seus cursos a gente puxava os debates e pedia para que fomentasse na sala de aula para ir pegando a opinião. Mesmo não sendo sistemático, nem de maneira científica, a gente queria saber, sondar um pouquinho, e culminou no grande debate, porque o congresso de estudante da Uneb, em 2001, foi todo para debater a questão racial. A Ivete foi, a Ivete sempre foi uma pessoa que defendia, o professor Valentim estava lá. Foi um debate que a gente trouxe profissionais de outras universidades para debater o assunto conosco: como a universidade poderia ser mais plural, que tivesse a cor da Bahia. E acabou saindo um documento que foi exaustivamente debatido. (Osni Cardoso, 2021, informação verbal)

A maioria dos estudantes votou a favor da recomendação de que a Uneb adotasse a reserva de 50% das vagas em seus cursos de graduação para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, descartando o

quesito racial.

Diante dessas recomendações e aproveitando o contexto favorável para discutir Ação Afirmativa, a reitora Ivete Sacramento, conforme relatou, delegou ao professor Valdério Santos Silva a tarefa de elaborar um parecer sobre o projeto aprovado na Câmara de Vereadores e a proposição do DCE. Após análise, no dia 22 de abril de 2002, o professor emitiu parecer favorável à questão, recomendando a realização de uma Audiência Pública na Uneb para discutir e encaminhar proposições sobre a recomendação da Câmara de Vereadores de Salvador e do DCE da Uneb.

Conforme o parecer do professor Valdério Silva, a questão deveria ser amplamente debatida pela comunidade acadêmica, de forma a avaliar a viabilidade da implementação de cotas raciais na universidade. No entanto, Ivete Sacramento, percebendo o momento favorável para a adoção de medidas de ação afirmativa em instituições públicas, decidiu instituir uma comissão para emitir um segundo parecer sobre a recomendação da Câmara de Vereadores e do DCE. A comissão seria responsável por elaborar uma proposta de implementação de cotas para afrodescendentes na Uneb, a ser submetida ao Conselho Universitário.

A comissão foi composta por dois professores, Valdério Silva (que havia emitido o primeiro parecer) e Wilson Roberto de Mattos, e um estudante, Osni Cardoso, presidente do DCE da Uneb. De acordo com o relato do professor Valdério (apud Clemente, 2005), na primeira reunião ficou claro que haveria grandes dificuldades em cumprir o solicitado pela reitora, uma vez que dispunham de informações vagas sobre a política de ação afirmativa em outras instituições, tanto no Brasil quanto no exterior, e sobre a complexidade de implementar cotas raciais na Uneb.

Diante das dificuldades identificadas, a comissão optou por realizar pesquisas sobre o tema, além de discutir a questão com outros atores sociais – como especialistas acadêmicos, ativistas do Movimento Social Negro, juristas e advogados –, tanto de dentro quanto de fora da universidade, de forma encontrar respostas para várias dúvidas sobre o modelo a ser proposto no projeto de Resolução para a implementação das cotas raciais na Uneb. As principais dúvidas eram sobre qual seria o percentual ideal a ser adotado e quais critérios

e elementos seriam utilizados para identificar os potenciais beneficiários.

Após estudos e consultas, a comissão elaborou um parecer detalhando o que é ação afirmativa, seu significado no Brasil e no mundo, e justificando sua implementação. Além disso, elaboraram uma proposta de Resolução estabelecendo a reserva de vagas para estudantes negros na Uneb. Esse parecer foi apresentado e discutido com a reitora e outros membros da administração. O parecer e a proposta foram submetidos à apreciação do Conselho Universitário em uma reunião ordinária no dia 18 de julho de 2002, sendo aprovados com 28 votos a favor e 3 abstenções.

A autonomia administrativa das universidades brasileiras contribuiu para que a implementação das cotas raciais na Uneb ocorresse de forma relativamente rápida. Embora a recomendação tenha vindo de fora, a universidade, por meio da Reitoria, da comissão responsável pela elaboração da proposta e do Conselho Universitário, “[...] valeu-se do princípio da autonomia universitária e da independência de seus fóruns decisórios internos para deliberar sobre a matéria” (Mattos, 2010, p. 126). Foi instituída uma cota mínima de 40% para afrodescendentes oriundos de escolas públicas, tanto nos cursos de graduação quanto de pós-graduação, independentemente do processo seletivo, seja vestibular ou outro.

Um fato notável nesse processo foi o relato do professor Valdério Silva (apud Clemente, 2005) de que, na época, o Conselho Universitário era majoritariamente composto por pessoas brancas. Os poucos negros que faziam parte raramente tinham envolvimento ou relação política e acadêmica com a questão racial. Além disso, dois dos três membros da comissão, o professor Wilson Mattos que se encontrava participando de um evento acadêmico de âmbito nacional, e o discente Osni Oliveira, que por força da decisão dos estudantes que propuseram a reserva de 50% das vagas para estudantes de escola pública e não por questão raciais, o impediu de participar da reunião se auto representando e, sim, a resolução do congresso (Clemente, 2005). Assim, coube ao professor Valdério e à reitora Ivete Sacramento a defesa da proposta de reserva de vagas para afrodescendentes perante o Conselho Universitário.

Um fato curioso narrado por Valdério Silva (apud Clemente, 2005) foi a interrupção da reunião do Conselho com a chegada de cerca de 30 universitários

afro-americanos, que estavam visitando a Uneb naquele dia e desejavam conhecer a reitora. Ivete Sacramento (primeira reitora negra brasileira) os convidou a entrar, e eles aproveitaram para fazer uma saudação aos conselheiros, além de compartilhar depoimentos sobre a importância de se discutir a implementação de cotas raciais. Segundo Valdério, isso criou uma atmosfera favorável ao debate, que culminou na aprovação da proposta pela ampla maioria dos conselheiros.

Apesar de aprovado sem votos contrários, os discursos contrários à institucionalização das cotas na Uneb seguiram o mesmo padrão de resistência visto em outras partes do país. Argumentos como a suposta queda no desempenho acadêmico, segregação racial, baixa performance e evasão, além da alegação de inconstitucionalidade, eram frequentemente usados para desqualificar a adoção das cotas na Educação Superior. Esses discursos refletiam uma tentativa de impedir o acesso de negros a um espaço historicamente elitizado e majoritariamente ocupado por pessoas brancas.

Sobre os discursos contrários, Silva (2010, p. 53) pontua que:

Em meio às argumentações tortuosas e oblíquas, defesas explicitamente contrárias às cotas foram assacadas na histórica reunião do Conselho Universitário. Dizia-se, por exemplo, que as cotas poderiam ferir direitos adquiridos, partindo-se da premissa de que o sistema do vestibular tradicional era o mais isento e democrático; que as cotas dividiriam a Universidade entre cotistas e não cotistas (subtenda-se: entre negros e brancos); e, finalmente, que o sistema de cotas poderia rebaixar o nível de qualidade do ensino na UNEB, na medida em que os estudantes negros ingressos estariam despreparados intelectualmente para cursar uma universidade.

Os discursos utilizados pelos acadêmicos conservadores refletem o temor de perder os privilégios que historicamente acompanharam tanto os docentes quanto os discentes brancos desde a criação da primeira instituição de Educação Superior no Brasil. Na Uneb, conforme afirma a professora Ana Célia da Silva, essa resistência não se dá apenas pela defesa da qualidade acadêmica, mas sobretudo pela manutenção de um espaço de poder que sempre foi reservado a uma elite social e racial. Segundo ela, há um claro desconforto em compartilhar esse espaço com aqueles que, tradicionalmente, foram excluídos/as da Educação Superior, especialmente negros e pessoas de baixo poder aquisitivo.

No fundo no fundo a maioria dos professores não aprovou. Embora em público eles não tinham coragem de dizer, a resistência foi muito grande por parte dos professores. [...] Mesmo no grupo de educação houve resistência. Houve muita resistência, eles diziam que ia cair o nível da universidade. (Ana Celia, 2022, informação verbal)

Essas previsões, no entanto, não se confirmaram. No caso da inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) refutou essa ideia ao declarar a constitucionalidade das cotas raciais. Todavia, mesmo após suas previsões terem sido refutadas tanto no campo científico quanto no jurídico, os opositores continuam a contestar a política de ação afirmativa. Conforme Silva (2010), essas contestações não se limitam a uma mera divergência acadêmica. Diferentes instituições e segmentos sociais, de acordo com seus interesses e perspectivas, têm reagido tanto para impedir quanto para defender a adoção de ação afirmativa na Educação Superior. São interesses e pontos de vista conflitantes que, embora de forma velada, estiveram presentes durante a votação que aprovou as cotas raciais na Uneb (Silva, 2010).

Nesse contexto de conflitos e tensões, concordamos com o pensamento de Cardoso (2010, p. 51), que afirma: “[...] nem sempre aquilo que é aprovado publicamente é ratificado no espaço privado. Por vezes, é desmentido, ironizado, minimizado, principalmente, quando se trata de questões referentes ao conflito racial brasileiro.” Isso remete à ideia de Foucault (2014) sobre o “tabu do objeto e o ritual da circunstância”, onde certas questões não podem ser abertamente discutidas em qualquer contexto, especialmente aquelas que desafiam privilégios e poderes estabelecidos por grupos hegemônicos.

Os conflitos e tensões, contudo, não cessaram com a aprovação das cotas. Apenas em 2003, primeiro ano de implementação, foram impetradas cerca de quarenta ações judiciais, com pedidos de liminar, por pessoas que se sentiram prejudicadas pela reserva de vagas para negros na Uneb. Algumas dessas ações resultaram em liminares favoráveis. Segundo Santos (2007, 2009), alguns juízes concederam liminares contrárias às cotas raciais por considerá-las uma “injustiça”. Chegavam até a questionar o mérito intelectual dos estudantes que ingressavam na Educação Superior por meio das cotas, o conceito de “afrodescendente” e os critérios de classificação. Esse cenário, conforme destaca a autora, gerou uma ampla repercussão no campo jurídico em

relação à questão da igualdade formal.

Diversas dificuldades foram enfrentadas na implementação da reserva de vagas para afrodescendentes na Uneb. Além das ações judiciais, a universidade também teve de lidar com a mídia local e nacional, que frequentemente apresentava opiniões e posicionamentos desinformados sobre a política de ação afirmativa, especialmente em relação às cotas raciais. Segundo Santos (2009), isso teve uma influência negativa na formação da opinião pública sobre o tema.

A gente teve que enfrentar a imprensa, falada, escrita, televisiva, manifestações contra a implementação do sistema de cotas, de estranhar o sistema de quotas. Tivemos na internet a criação de sites pornográficos, no sentido mais radical do termo. Então, a gente se deu conta de que mais do que um problema acadêmico, mais de que um problema universitário, mais que um mecanismo de facilitação de acesso à universidade a gente estava enfrentando uma batalha jurídica, uma batalha racial, uma batalha que confrontava as ideias que tinham acontecidos em toda história do Brasil, da Bahia, a partir da implementação do sistema de cotas. (Silva apud Clemente, 2005, p. 103)

Diante do exposto, os dirigentes da Uneb e outros profissionais da universidade, engajados com a causa antirracista e com a temática da ação afirmativa, promoveram esclarecimentos públicos por meio de coletivas com a imprensa local e nacional. O objetivo era dissipar as dúvidas e atenuar os dilemas provocados pela mentalidade discriminatória e pela desinformação disseminada pela mídia em geral sobre a política de ação afirmativa e seus mecanismos (Santos, 2009).

Os acontecimentos mencionados evidenciam algumas das dificuldades enfrentadas pelos dirigentes da Uneb na implementação das cotas raciais. Segundo o professor Valdério Silva (apud Clemente, 2005), foi necessário buscar respaldo teórico e jurídico, bem como pronunciamentos de autoridades jurídicas que influenciassem o posicionamento de juízes e desembargadores dos Tribunais de Justiça. Diante dos obstáculos, ações conjuntas e sistêmicas foram realizadas para enfrentar essas dificuldades e resolver as problemáticas decorrentes da implementação das cotas para afrodescendentes na Uneb.

Esse processo proporcionou aos profissionais da Uneb, envolvidos com a questão, uma experiência teórica e prática que os consolidou como referência no debate sobre a política de ação afirmativa, especialmente sobre as cotas

raciais na Educação Superior brasileira. Muitos desses profissionais foram convidados para ministrar palestras e participar de seminários em universidades públicas e privadas, o que ajudou a tornar a experiência mais conhecida e discutida no Brasil (Silva, 2010).

Vale ressaltar que, com a implementação das cotas raciais para afrodescendentes, esperava-se que a maioria dos candidatos optasse por essa reserva, visto que a população negra é maioria tanto no Brasil quanto na Bahia. No entanto, devido, em parte, aos efeitos causados pela opinião pública e pela desinformação veiculada pela mídia, e pela "[...] baixa autoestima ocasionada pela reprodução social dos estereótipos negativos imputados aos negros/as" (Mattos, 2010, p. 133), isso não se concretizou como previsto. Nos primeiros anos, os estudantes negros que se inscreveram pelas cotas optaram por cursos considerados de menor prestígio social, enquanto os cursos de maior prestígio foram escolhidos em proporção expressivamente menor, comparado aos candidatos não cotistas.

Assim, devido às representações sociais negativas atribuídas à população negra, muitos estudantes negros não se sentiam confiantes para se inscrever no vestibular em cursos considerados de alto prestígio social. Esse comportamento é provavelmente resultado de uma infância e adolescência marcadas pela internalização de discursos que desestimulam as pessoas negras a ocuparem certos espaços e profissões. Cresceram ouvindo em casa, na escola e em outros ambientes que determinadas áreas e profissões “não eram para elas”. Sem oportunidades para provar o contrário, muitos internalizam a ideia de que não são capazes ou que são inferiores, o que minou a autoestima.

Segundo os estudos de Santos (2009), em 2003, os candidatos negros que se inscreveram no vestibular optando pelas cotas raciais representaram apenas 31,33% do total de inscritos. Em 2004, esse percentual aumentou para 37,32%, em 2005 subiu para 42,59%, chegando a 56,94% em 2006. Sobre essa evolução crescente do número de candidatos cotistas inscritos no vestibular, a autora propõe algumas possibilidades que explicam esse fenômeno:

- 1) o desconhecimento inicial do processo implementado em 2003 pela comunidade acarretou, naquele momento, uma baixa escolha pela modalidade de concorrência como cotista; 2) a confiança no processo em si pode ter se estabelecido no

decorrer dos anos seguintes; 3) a intensificação do surgimento de outras universidades com programas de políticas afirmativas, nos anos seguintes podem ter tornado o processo da Uneb, mais divulgado; 4) a população concorrente residual dos anos anteriores pode ter se somado aos anos seguintes (2004, 2005 e 2006). (Santos, 2009, p. 128)

Certamente, os fatores mencionados por Santos, associados à baixa autoestima, ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial, amplificados pelos meios de comunicação, influenciaram a baixa inscrição de candidatos negros optantes pelas cotas raciais nos primeiros três anos de implementação. No entanto, não podemos esquecer que as ações desenvolvidas pela Uneb, com o objetivo de desconstruir visões distorcidas, equivocadas, preconceituosas e racistas disseminadas na mídia sobre as medidas de ação afirmativa, especialmente as cotas raciais, contribuíram para esse crescimento gradual. Também é importante destacar o papel contínuo do Movimento Social Negro, cujo caráter educativo foi fundamental para que tais medidas fossem adotadas na Educação Superior e no Serviço Público, bem como para conscientizar a população sobre as desigualdades raciais e o racismo no país.

Em relação ao processo seletivo do vestibular, é importante lembrar que a Uneb, ciente das dificuldades que enfrentaria com a implementação da reserva de vagas para afrodescendentes, adotou algumas medidas acadêmico-administrativas cautelosas. O sistema de avaliação foi mantido igual para todos os inscritos, independentemente de serem optantes pelas cotas ou não. A linha de corte foi estabelecida conforme o número de candidatos por opção, de modo que a concorrência ocorresse dentro de cada grupo. Além disso, o resultado foi divulgado por ordem alfabética (Clemente, 2005; Santos, 2007, 2009).

Essas medidas, segundo Santos (2009, p. 122), demonstram "[...] uma tentativa de garantir a equidade do processo, a transparência e a preservação do sigilo, a fim de evitar uma possível discriminação dos/as classificados/as e/ou aprovados/as optantes pelo sistema de cotas." No entanto, apesar dessas precauções, ações judiciais com pedidos de liminar contra as cotas raciais na universidade foram impetradas, e, conforme relatado pelos estudantes que participaram da pesquisa, muitos foram discriminados por professores.

A implementação das cotas raciais para negros na Uneb, como se pode perceber, apresentou várias nuances e conflitos. No entanto, essas dificuldades

não impediram o fortalecimento da política de ação afirmativa na universidade. Ao longo dos últimos 20 anos, além da ampliação dos grupos sociais contemplados com a reserva de vagas, diversas outras medidas foram adotadas, visando garantir a permanência qualificada dos estudantes, bem como o acompanhamento e a avaliação das ações implementadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Uneb está profundamente entrelaçada com a luta por inclusão, equidade, justiça social e inovação na Educação Superior. Ao longo de sua trajetória, não se limitou a ser apenas um centro de produção e disseminação de conhecimento, mas também um agente ativo na promoção de transformações sociais, especialmente por meio da política de ação afirmativa. A implementação das cotas raciais para afrodescendentes é um marco que evidencia o seu comprometimento em responder às demandas históricas de grupos marginalizados. Ao adotar a política de ação afirmativa, posicionou-se como uma instituição pioneira na defesa de uma educação mais inclusiva e acessível a todas as pessoas, independentemente de sua origem étnico-racial ou socioeconômica.

Ao longo dos anos, a Uneb inovou em suas abordagens, criando um modelo de ação afirmativa que não só ampliou o acesso de estudantes negros, indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas trans, pessoas com deficiência à Educação Superior, mas também estabeleceu estratégias de permanência e suporte acadêmico para esses grupos. Essa experiência consolidou a universidade como um espaço de transformação e resistência, comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O seu legado, portanto, é marcado pela capacidade de inovar e pela coragem de enfrentar as estruturas excludentes presentes na sociedade brasileira. A sua trajetória demonstra que a educação pode e deve ser um caminho para a superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero, entre outras, reafirmando o papel fundamental da política de ação afirmativa no processo de democratização da Educação Superior.

Enfim, a Uneb não apenas acompanhou as transformações sociais de seu tempo, mas também liderou o movimento por uma educação mais equitativa. A

sua história de inovação e compromisso com a ação afirmativa serve de inspiração para outras instituições e mostra que, mesmo diante de resistências, é possível construir uma educação mais inclusiva, diversa e representativa.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Antônio. 25 anos de Faeeba e 26 anos de Uneb: da universidade que temos aos desafios que precisamos vencer. In: **Revista da FAEBA**, Salvador, número especial, p. 41-50, jul./dez. 2009.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. **Os desdobramentos políticos e acadêmicos da Ação Afirmativa em Programas de Pós-Graduação stricto sensu da Uneb**. 2023, Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil, 2023.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.

CARDOSO, Lourenço. Retrato do branco racista e anti-racista. In: **Reflexão e Ação**, v. 18, n.1, p. 46-76, 2010.

CERQUEIRA, Sonia Maria Freitas de. **Vagas para negros na Educação Superior: uma causa de políticas públicas na Universidade do Estado da Bahia**. 2009 Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT). Salvador: UNEB, 2009.

CLEMENTE, Márcia da Silva. **As Políticas Afirmativas de Educação Superior no Brasil: um estudo sobre as formas de aceitação/negação do Negro e da Negra na Universidade do Estado da Bahia – UNEB**. 2005, Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFP, 2005.

COUTO, Fausta Porto. **Experiências sociais sobre as políticas de inserção vividas por estudantes no departamento de educação campus Guanambi da Universidade do Estado da Bahia: acesso, permanência e das ações afirmativas**. 364f Tese (Doutorado em Educação Conhecimento e Inclusão Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

FELIX, José Carlos; SALVADORI, Juliana Cristina. Universidade e diversidade: desafios da multicampia / Uneb DCH IV como estudo de caso. In: **Literatura: teoria, história, crítica**, v. 20, n. 2, p. 103-129, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MATTOS, Wilson Roberto de. 2003 – O Ano do Começo: Características e Aspectos Iniciais da Implantação do Sistema de Cotas para Negros na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). In: **Plurais**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 120-142, jan./abr. 2010.

MATTOS, Wilson Roberto de; MACEDO, Kize Aparecida Silva de; MATTOS, Ivanilde Guedes de. 10 anos de ações afirmativas na UNEB: desempenho comparativo entre cotistas e não cotistas de 2003 a 2009. In: Revista da **ABPN**, v. 5, n. 11, p. 83-99, jul./out. 2013.

NASCIMENTO, Antônio Dias. Uma universidade nova, aberta às novas utopias. In: **Revista da FAEBA**, Salvador, número especial, p. 119-127, jul./dez. 2009.
OLIVEIRA, Iris Vera. **18 anos de cotas na UNEB**: Travessias para educação antirracista na Bahia. 2020.

SANTOS, Maria Cristina Elyote Marques. O Sistema de Cotas da Universidade do Estado da Bahia: relato de uma experiência. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (orgs.). **O negro na universidade**: o direito a inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

SANTOS, Maria Cristina Elyote Marques. **Sou cotista, e agora?** Uma análise das condições de permanência numa universidade multicampi. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. Salvador: UNEB, 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. **Estudo diagnóstico da política de expansão da** (e acesso à) Educação Superior no Brasil, 2002-2012. Brasília: Edital nº. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional – OEI; Projeto OEI/BRA/10/002, 2014.

SILVA, Valdélcio Santos. Políticas de Ações Afirmativas na UNEB: Memórias de um acontecimento histórico. In: **Mujimbo**, v. 1, n. 1, p. 49-58, julho de 2010.

UNEB. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**, 2017-2022. Salvador: UNEB, 2017.

Recebido em 19-09-2024

Aprovado para publicação em 21-07-2025